

**REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/453 DA COMISSÃO****de 15 de março de 2021****que estabelece normas técnicas de execução para a aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de reporte específicos para risco de mercado****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 <sup>(1)</sup>, nomeadamente o artigo 430.º-B, n.º 6,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 2019, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) publicou o documento «Minimum capital requirements for market risk» [Requisitos mínimos de fundos próprios para risco de mercado], que abordou as insuficiências no tratamento prudencial das atividades incluídas nas carteiras de negociação dos bancos e introduziu, nomeadamente, o requisito de um método padrão sensível ao risco para o risco de mercado, concebido e calibrado para funcionar como uma alternativa de recurso credível para o método dos modelos internos.
- (2) O Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho <sup>(2)</sup> alterou o Regulamento (UE) n.º 575/2013 para introduzir, no quadro prudencial da União, a obrigatoriedade de as instituições reportarem informações sobre os requisitos de fundos próprios no âmbito desse método padrão alternativo e sensível ao risco.
- (3) Importa definir requisitos de reporte uniformes relativos aos fundos próprios de acordo com esse método padrão alternativo em relação ao reporte às autoridades competentes, em conformidade com o artigo 430.º-B do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e com o ato delegado mencionado no artigo 461.º-A do mesmo regulamento.
- (4) De acordo com o artigo 430.º-B, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, os requisitos de reporte específicos para risco de mercado previstos nesse artigo são aplicáveis a partir da data de aplicação do ato delegado a que se refere o artigo 461.º-A do mesmo regulamento. Afigura-se, pois, pertinente que a data de aplicação do presente regulamento seja articulada com a data de aplicação desse ato delegado.
- (5) O presente regulamento baseia-se nos projetos de normas técnicas de execução apresentados à Comissão pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).
- (6) A EBA efetuou consultas públicas abertas sobre os projetos de normas técnicas de execução em que o presente regulamento se baseia, analisou os potenciais custos e benefícios associados e solicitou o parecer do Grupo de Partes Interessadas do Setor Bancário, criado nos termos do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho <sup>(3)</sup>,

<sup>(1)</sup> JO L 176 de 27.6.2013, p. 1.

<sup>(2)</sup> Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito ao rácio de alavancagem, ao rácio de financiamento estável líquido, aos requisitos de fundos próprios e passivos elegíveis, ao risco de crédito de contraparte, ao risco de mercado, às posições em risco sobre contrapartes centrais, às posições em risco sobre organismos de investimento coletivo, aos grandes riscos e aos requisitos de reporte e divulgação de informações, e o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (JO L 150 de 7.6.2019, p. 1).

<sup>(3)</sup> Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia,) altera a Decisão n.º 716/2009/CE e revoga a Decisão 2009/78/CE da Comissão (JO L 331 de 15.12.2010, p. 12).

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

#### *Artigo 1.º*

##### **Datas de referência e datas de reporte**

1. As instituições devem reportar trimestralmente às autoridades competentes as informações a que se referem o artigo 430.º-B, o artigo 94.º, n.º 1, e o artigo 325.º-A, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, tal como se encontrem em 31 de março, em 30 de junho, em 30 de setembro e em 31 de dezembro.
2. As instituições devem reportar as informações a que se refere o n.º 1 até ao final do horário de expediente nos seguintes dias: 12 de maio, 11 de agosto, 11 de novembro e 11 de fevereiro.
3. Se o dia a que se refere o n.º 2 não for um dia útil no Estado-Membro da autoridade competente à qual a informação deverá ser reportada, ou se for um sábado ou um domingo, as informações devem ser entregues até ao final do horário de expediente do dia útil seguinte.
4. As instituições devem facultar às autoridades competentes quaisquer correções das informações reportadas sem demora injustificada.

#### *Artigo 2.º*

##### **Reporte sobre os limiares previstos no artigo 94.º, n.º 1, e no artigo 325.º-A, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013**

As instituições devem reportar informações sobre o volume das suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais que esteja sujeito a risco de mercado e sobre a dimensão da sua carteira de negociação, em base individual ou em base consolidada, consoante aplicável, utilizando o modelo 90 do anexo I e em conformidade com as instruções indicadas no anexo II, parte II, secção 1, do presente regulamento.

#### *Artigo 3.º*

##### **Reporte sobre o método padrão alternativo**

As instituições devem reportar os resultados dos cálculos com base no método padrão alternativo a que se refere o artigo 430.º-B, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, em base individual ou em base consolidada, consoante aplicável, utilizando o modelo 91 do anexo I do presente regulamento e em conformidade com as instruções indicadas no anexo II, parte II, secção 2, do presente regulamento.

#### *Artigo 4.º*

##### **Formatos para o intercâmbio de dados e informações associadas às apresentações de dados**

1. As instituições devem reportar as informações a que se referem os artigos 2.º e 3.º do presente regulamento nos formatos de intercâmbio de dados e nas representações especificadas pela respetiva autoridade competente, respeitando a definição dos dados incluída no modelo de dados e as fórmulas de validação especificadas no anexo III.
2. A informação que não for exigida ou não seja aplicável não deve ser incluída na apresentação de dados.
3. Os valores numéricos devem ser relatados da seguinte forma:
  - a) Os dados do tipo «Monetário» devem ser relatados com uma precisão mínima equivalente ao milhar de unidades;
  - b) Os dados do tipo «Porcentagem» devem ser expressos por unidade com uma precisão mínima equivalente a quatro casas decimais;
  - c) Os dados do tipo «Inteiro» devem ser relatados sem casas decimais e com uma precisão equivalente à unidade.

4. As instituições devem ser identificadas exclusivamente pelo seu identificador de entidade jurídica (LEI). As entidades jurídicas e contrapartes que não sejam instituições devem ser identificadas pelo seu LEI, se disponível.
5. As informações reportadas pelas instituições devem ser associadas aos seguintes:
  - a) Data de referência e período de referência do reporte;
  - b) Moeda do reporte;
  - c) Normas contabilísticas;
  - d) Identificador de entidade jurídica (LEI) da instituição que reporta;
  - e) Âmbito da consolidação.

*Artigo 5.º*

**Entrada em vigor e data de aplicação**

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 5 de outubro de 2021.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 15 de março de 2021.

*Pela Comissão*  
*A Presidente*  
Ursula VON DER LEYEN

\_\_\_\_\_